

CLIPPING IMPRESSO

13/02/2020

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	3
2.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	4 - 5
2.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	6
2.4. VARA DA MULHER.....	7
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. JUÍZES.....	8
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. JUÍZES.....	9
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	10
5.2. VARA ESPECIAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	11

PF realiza operação contra fraude no saque de precatórios no Maranhão

PÁGINA 8

“OPERAÇÃO ELEAZAR”

PF realiza operação contra fraude no saque de precatórios no MA



A Polícia Federal (PF) deflagrou a “Operação Eleazar” na manhã desta quarta-feira (12) para cumprir 12 mandados distribuídos entre prisão, busca e apreensão, afastamento de função e bloqueio de contas bancárias nos municípios de Zé Doca, Nova Olinda do Maranhão e São Luís. O objetivo é desarticular organização criminosa que realizava saques fraudulentos de pre-

catórios em diversas regiões do estado do Maranhão.

Segundo a PF, a investigação teve origem em uma tentativa de saque ocorrida no município de Capivari de Baixo, em Santa Catarina, tendo sido obtidas, através de cooperação com a Caixa Econômica Federal (CEF), informações sobre fraudes similares em diversas agências do banco.

Durante a investigação foram obtidos fortes indícios de que a organização

criminosa se aproximava de advogados através de aplicativo de mensagens, com a finalidade de que realizassem os levantamentos dos precatórios utilizando-se de documentos ideologicamente falsos, obtidos principalmente em cartórios do Maranhão e Piauí. Após os saques indevidos, os criminosos faziam sucessivas movimentações financeiras dos valores em contas de terceiros, para afastar a

origem ilícita dos recursos e dificultar a identificação dos verdadeiros beneficiados com as fraudes.

Além do Maranhão e Piauí, os estados do Pará e São Paulo também estão sendo investigados pelos policiais federais. Os investigados poderão ser indiciados pela prática dos crimes de organização criminosa, estelionato majorado, violação de sigilo funcional e lavagem de dinheiro.



**PERGENTINO
HOLANDA**

ph@mirante.com.br
@holandaph

Visita de Serejo

O desembargador Lourival Serejo, vice-presidente e presidente eleito do Tribunal de Justiça do Maranhão para o biênio 2020/2022 esteve na Casa da Criança Menino Jesus, onde foi recebido pela desembargadora Cleonice Freire, presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do Poder Judiciário do Maranhão.

Ele percorreu as instalações da instituição, que funciona na sede da Fundação da Cidadania e Justiça, entidade sem fins lucrativos que, entre outras atribuições, subsidia o TJMA, na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à proteção de crianças e adolescentes em situação de risco, inclusive com o objetivo de adoção.

Durante a visita, Lourival Serejo afirmou que a Casa da Criança Menino Jesus desenvolve um trabalho de grande alcance social, com o comprometimento e dedicação da desembargadora Cleonice Freire e de uma equipe de profissionais sensíveis e comprometidos, que mantém vivo um projeto institucional bem-sucedido.

Criminalidade

PF realiza segunda operação este mês no estado

Duas operações foram feitas pela PF este mês no Maranhão. A Eleazar desarticulou bando suspeito de saques ilegais. A Nêmesis combateu a pornografia infantil. **POLÍCIA 8**

PF realiza no Maranhão mais uma operação de combate à criminalidade

Duas ações já foram realizadas este mês; uma delas, deflagrada ontem, foi para desarticular uma quadrilha suspeita de saques ilegais de precatórios

ISMAELARAÚJO
Da editoria de Polícia

O Maranhão mais uma vez foi alvo de operação da Polícia Federal (PF) durante este mês. Ontem, os policiais federais, com o apoio da Caixa Econômica Federal (CEF), deflagram a Operação Eleazar, em São Luís, Zé Doca e Nova Olinda do Maranhão e nos estados do Piauí, Pará e São Paulo. A incursão tinha como objetivo desarticular uma organização criminosa suspeita de realizar saques fraudulentos de precatórios em diversas partes do país, com prejuízo aos cofres públicos em torno de R\$ 2 milhões.

Mais de 70 policiais participaram desse trabalho, que tinham a missão de cumprir 19 mandados de busca e apreensão, assim como uma ordem de prisão preventiva. O Poder Judiciário expediu duas medidas cautelares de prisão contra servidores da CEF, determinando o bloqueio de contas e sequestro de bens.

Entre os mandados, 11 eram para serem cumpridos no Maranhão. Um dos pontos vistoriados foi um condomínio no bairro Renascença. O material apreendido foi levado para sede da Polícia Federal, na Cohama, onde ocorreu ainda na manhã desta quarta-feira, 12, uma entrevista coletiva, coordenada pelo delegado Sandro Jansen.

Os policiais também cumpriram mandados judiciais nas cidades piauiense de Teresina, Porto e Nossa Senhora dos Remédios; nos municípios paraenses de Redenção e São Félix do Xingu e em São João da Boa Vista, no estado de São Paulo.



Divulgação

Policial Federal em operação em um condomínio no Renascença

Investigação

A polícia informou que o bando criminoso começou a ser investigado há quase um ano, quando houve uma tentativa de saque de precatório com documentos falsos, em uma agência da CEF, na cidade de Capivari de Baixo, em Santa Catarina. A direção do banco identificou que o documento apresentado por uma advogada, nome não revelado, era fraudado e comunicou o fato à Polícia Federal.

Ainda no decorrer da investigação, a polícia verificou que o grupo realizou levantamento fraudulentos de precatórios nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Piauí, Rio Grande do Norte e Amazonas. O golpe já havia dado um prejuízo de mais de R\$ 2 milhões aos cofres públicos.

Esquema

Ainda de acordo com a polícia, a

ação ilegal seguia determinados passos. Os criminosos se aproximavam dos advogados e, na maioria das vezes, por meio de mensagens de aplicativos. Em seguida, os advogados tinham a missão de fazer o levantamento do precatório e adquirir documentos falsos.

Também no decorrer da investigação ficou constatado que os cartó-

**19 mandados,
11 no Maranhão,
foram cumpridos**

rios no Maranhão e do Piauí, eram os responsáveis por falsificar os documentos para serem usados durante os saques nas agências bancárias. Após os saques ilegais, os criminosos faziam sucessivas movimentações financeiras dos valores em contas de

terceiros, para afastar a origem ilícita dos recursos e dificultar a identificação dos verdadeiros beneficiados com as fraudes.

A polícia ainda verificou que dois funcionários da CEF do Maranhão são suspeitos de fornecerem informações aos quadrilheiros. O Poder Judiciário determinou o afastamento do cargo e o bloqueio e sequestro de bens deles. Os investigados foram indiciados pela prática dos crimes de organização criminosa, estelionato majorado, violação de sigilo funcional e lavagem de dinheiro.

A Polícia informou ainda que o nome Eleazar é em alusão ao nome em hebraico de Lázaro, que de acordo com o Evangelho, teria sido ressuscitado por Jesus Cristo. E trata-se de uma referência à Operação Lázaro, que foi deflagrada pela Polícia Federal, no mês de junho de 2016, no Maranhão e no Piauí, que investigou o mesmo esquema, por meio do qual um bando selecionava precatórios disponíveis para saques, preferencialmente de pessoas já falecidas, mediante a falsificação de documentos.

Outra ação

No último dia 7, a Polícia Federal deflagrou mais uma fase da Operação Nêmesis, chamada Flashback, para combater o compartilhamento de imagens e vídeos envolvendo crianças e adolescentes, no Maranhão. Uma pessoa foi presa, no bairro da Cidade Operária e apresentado na sede da Polícia Federal, onde prestou esclarecimento e, logo após, encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. ●



Em Imperatriz

Os pais devem ficar atentos em Imperatriz. A Vara da Infância e da Juventude do município divulgou Portaria na qual disciplina a participação de crianças e adolescentes nas festas de Carnaval. O documento destaca que o principal objetivo é coibir a venda de bebidas alcoólicas a adolescentes no período carnavalesco. Durante os quatro dias de carnaval, os seis comissários efetivos e sete comissários voluntários da unidade trabalharão fiscalizando o evento com base na Portaria.



Feminicídio

De acordo com os dados do ranking da violência contra a mulher, o Brasil ocupa a quinta colocação em número de notificações.

No Maranhão, no ano passado, foram registrados 48 casos de feminicídio.

Os dados são considerados alarmantes.

O Poder Judiciário maranhense está realizando a campanha “Não morra, Maria da Penha”, como forma de fortalecer a rede de proteção à mulher na região metropolitana de São Luís.

A pedido do MPMA, prefeitos são multados por descumprimento de TACs

A pedido do Ministério Público do Maranhão, os prefeitos de Mirinzal, Jadilson Coelho, e de Central do Maranhão, Ismael Costa, foram multados, em 20 de janeiro, em função do descumprimento de dois Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) que previam a realização de concursos públicos nos dois municípios.

As multas são resultado da execução dos TACs, propostos pelo titular da Promotoria de Justiça de Mirinzal, Frederico Bianchini Joviano dos Santos, e assinados em abril de 2018 (Mirinzal) e junho de 2018 (Central do Maranhão, que é termo judiciário de Mirinzal).

Devido às execuções, o prefeito Jadilson Coelho está obrigado a pagar multa de R\$ 259 mil, acrescida de 10% de honorários advocatícios. No caso do prefeito Ismael Costa, a multa é R\$ 153 mil, também acrescida de 10% de honorários advocatícios.

As decisões de execução foram proferidas pela juíza Mara Carneiro de Paula Pessoa.

MIRINZAL

Em Mirinzal, uma liminar de março de 2017 proibiu novas contratações temporárias, exceto nas áreas de educação e saúde, mas não foi cumprida pelo Município.

O TAC foi motivado pelo fato de que, no município,

havia muitos professores fora de sala de aula, além de outros recebendo salários, sem estar trabalhando efetivamente.

As cláusulas do acordo previam o encaminhamento da lista de todos os professores efetivos da rede municipal; o envio da relação de todos os professores que pediram aposentadoria e recebiam salários, além das datas em que estes se afastaram do trabalho.

Determinava, ainda, o levantamento do número de professores fora de sala de aula, exercendo outras funções e o número necessário para suprir a carência da rede municipal de educação. Outra cláusula previa a realização de processo seletivo para garantir professores em sala de aula até a finalização do concurso.

O Município devia, também, encaminhar, até agosto de 2018, ao MPMA, o processo licitatório do certame. O edital do concurso deveria ser divulgado até dezembro de 2018.

CENTRAL DO MARANHÃO

Em Central do Maranhão, o TAC previa o envio da lista ao MPMA de todos os servidores contratados e seus respectivos cargos. O acordo também determinava a divulgação, em seis meses, de edital de inscrição para o concurso público, uma vez que uma liminar impedia a realização de processo seletivo no município.

Família

AURELIANO COELHO FERREIRA

Juiz de Direito

Seu Dondinha era um homem de outros tempos. Não conseguia se habituar com o “barulho da modernidade”, nome que dava aos carros de som que passavam a madrugada num bar que ficava na porta de sua casa, ou “com esse povo que só vivia olhando pra baixo, pra esses telefones que brilham”. Acreditava na palavra, no respeito ao vizinho e no valor de uma cachacinha antes do almoço. Trabalhador e dedicado à família. Provinha tudo. Respeitava todos. O afeto que tinha pela família era percebido no esforço diário de noites perdidas no trabalho de vigilante e nos dias dedicados ao trabalho por diárias. O carinho do toque, no entanto, era, para ele, desconhecido. Foi assim que foi criado. Os filhos estudaram, saíram daquele pequeno recanto do mundo e foram viver outras vidas. Também difíceis, mas outras vidas. A distância e a pobreza não permitiam visitas, realizadas ocasionalmente em datas especiais, em momentos sempre festivos.

O tempo passou e as visitas diminuiriam até cessarem, logo após o falecimento de Dona Zizinha, mãe das crianças. Dondinha com problemas de saúde que somente aumentavam, foi sendo ajudado por vizinhos. Se revezavam diariamente nos seus cuidados. De manhã, Dona Beata, ajudava-o a sair da cama e preparava seu café; sentava com ele na pequena varanda e escutava histórias de outro tempo. Contadas e ouvidas com prazer. Na hora do almoço, seu Chico aparecia, trazia uma marmita, sentava e fazia companhia para Seu Dondinha. Conversavam sobre família e saúde dos filhos. Mais tarde, Dona Luzia trazia um cafezinho, com bolo cacete, consumido com prazer. À noite, os vizinhos o levavam para caminhar um pouco. Jantava na casa de um deles, reco-

lhendo-se logo a seguir. Seu Dondinha passou a ser o símbolo daquela comunidade. Querido por todos. Cuidado por todos.

Os filhos, no entanto, não mais apareciam e nem mandavam notícias. Diziam se ressentir do comportamento do pai, pouco carinhoso, especialmente depois do falecimento da mãe. Juntavam alguns reais e mandavam, todo mês, uma ajuda ao pai. O contato, no entanto, se resumia a isso. Um sobrinho, no entanto, resolveu tomar para si os cuidados daquele senhor.

Gilberto se apresentou no dia marcado, ansioso e feliz. Abraçava o tio, que lembrava dele ainda menino. Disse ao tio que não tinha como ficar naquele povoado, em razão dos negócios que tinha numa cidade distante dali pouco mais de cem quilômetros. “O senhor vai comigo. Tenho casa grande, vai ficar bem lá, melhor acomodado do que aqui, contando somente com a boa vontade de vizinhos.” Seu Dondinha viu ali a oportunidade de deixar de ser um peso na vida de seus amigos. Não queria se afastar do seu canto, mas sabia que esse era o melhor caminho. Sem titubear, arrumou seus poucos pertences e seguiu para casa de seu sobrinho, feliz de estar no aconchego da família, sentimento há muito perdido.

Cinco anos após a sua mudança, a saúde de seu Dondinha piorou muito, ao ponto de não conseguir praticar os atos mais simples de sua vida. Foi interdito e Gilberto foi declarado seu curador, passando a ser o responsável por cuidar de todos os aspectos da vida do idoso. A saúde continuou a piorar. Seu Dondinha precisava de cuidados extensos, inclusive para sua higiene diária. O município em que residiam contava com médico de família, além de assistentes sociais, que passaram a visitar as comunidades periodicamente. Na primeira visita realizada ao casebre em que residia seu Don-

dinha, perceberam que a situação era das piores. O idoso passava o dia de fraldas, sentando numa cadeira de macarrão. O cuidador contratado por Gilberto aparecia somente no início da manhã e final do dia. Estava mal nutrido, com escaras e sem qualquer conexão com a realidade. Levado ao hospital, os médicos constataram os maus tratos e comunicaram à polícia e ao Ministério Público. Questionado pelo juiz, Gilberto afirmou que o dinheiro da aposentadoria do seu Dondinha era pouco e que não dava nem pra comprar comida.

“Se o senhor não tinha condições por que aceitou ter o idoso sob a sua responsabilidade?” “Doutor, ele tinha tudo o que precisava. Esse povo é exagerado.” Mais tarde foi descoberto que os dois salários que seu Dondinha recebia eram integralmente utilizados por Gilberto, que não tinha emprego ou qualquer outra fonte de renda. Foi preso poucos dias depois, sem mostrar qualquer remorso.

Os antigos vizinhos de seu Dondinha, informados da situação do idoso, apresentaram-se dispostos a cuidar dele. Os filhos, mesmo cientes de tudo, nem deram notícias. “Doutor, queremos levar seu Dondinha de volta pro nosso pedaço de chão. Lá a gente divide tudo”, dizia Dona Beata, com os olhos marejados. Além dela, seu Chico e Dona Luzia estavam ali. Olhavam com carinho e amor para seu Dondinha, abrigado numa cadeira de rodas e sem qualquer expressão.

Seu Dondinha retornou para o convívio daquela comunidade que o havia abraçado. Perdeu-se em sua mente e assim permaneceu até seu última dia de vida. O sofrimento marcado em sua pele. Viveu aquele período cercado de carinho, morrendo em sua cama meses depois. Os amigos e vizinhos estavam ao seu lado e choravam o tempo perdido. “Família é muito mais que sangue”, diziam.

Operação da PF investiga fraudes em saques de precatórios no Maranhão

AIDÊ ROCHA

Na manhã de ontem (12), a Polícia Federal deflagrou operação nas cidades de Zé Doca, Nova Olinda do Maranhão e São Luís, visando desarticular uma organização criminosa que estava fraudando saques de precatórios em várias regiões do país. No Maranhão, foram cumpridos 19 mandados de busca e apreensão e um mandado de prisão preventiva. Entre os locais alvos da ação estavam dois cartórios suspeitos e uma casa de

propriedade dos serventuários. Os estados do Piauí, Pará e São Paulo também foram alvos da ação da PF, que expediu, ainda, duas medidas cautelares diversas da prisão contra servidores da Caixa Econômica, o bloqueio de contas e sequestro de bens. A operação, que foi denominada Eleazer, começou a ser investigada após uma tentativa de saque ocorrida em Santa Catarina. Na ocasião, com a ajuda da Caixa Econômica Federal (CEF), a polícia foi informada sobre fraudes semelhantes em diversas

agências do banco. As investigações apontaram que os integrantes da organização criminosa entravam em contato com os advogados por meio de aplicativos de mensagens, com a intenção de que fossem realizados os levantamentos dos precatórios através de documentos falsos que, de acordo com a PF, eram obtidos em cartórios no Maranhão e Piauí. Depois de feitos os saques, eles iniciavam a movimentação do dinheiro em contas de terceiros, para dificultar a identificação dos reais beneficiados com a fraude.

Durante coletiva de imprensa na sede da PF, em São Luís, o delegado regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DRCOR) Sandro Jansen Castro explicou que a operação já está em sua terceira fase. “Até o momento, os prejuízos chegam a R\$ 2 milhões aos cofres públicos”, destacou. Os envolvidos na fraude podem ser indiciados pelos crimes de organização criminosa, estelionato majorado, violação de sigilo funcional e lavagem de dinheiro.



Mulher

Na quinta-feira (13), o Seminário “Não Morra, Maria da Penha - a contribuição do Poder Judiciário maranhense na perspectiva e efetividade da Rede de Proteção à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar”, promovido pela 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar de São Luís, com apoio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM) e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) encerra a programação com as palestras “A importância do acolhimento às vítimas de violência no contexto saúde e na ação em Rede”, apresentada pela coordenadora do Espaço Mulher/SAEEM do Socorção 2, Silvia Leite; “O uso e abuso do álcool no contexto familiar”, pelo médico Marcelo Soares Costa, especialista em Saúde Mental e Diretor do CAPS AD (14h); “Violência contra a Mulher Negra”, ministrada por Lúcia Regina de Azevedo Pacheco; “A Política Pública da Assistência Social no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, pela assistente social Maria Helena Veiga Vieira, secretária de Desenvolvimento Social de Paço do Lumiar (15h).